

# O PACOTE

## Só uma notícia boa: pode aumentar o crédito nos bancos.

O governo poderá extinguir os limites quantitativos à expansão do crédito. Em compensação, além de reduzir os subsídios às exportações e à agricultura (inclusive para o Proálcool), deverá criar um "imposto-calamidade", a pretexto da seca nordestina e das enchentes no Sul, a ser cobrado principalmente do setor financeiro. Estas medidas, ainda em fase de gestação, poderão integrar o pacote recessivo a ser anunciado pelo presidente João Figueiredo, talvez na próxima quarta-feira.

A informação foi dada ontem em Novo Hamburgo, a 48 quilômetros de Porto Alegre, pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Em Brasília, o porta-voz do Planalto, Carlos Átila, admitiu a possibilidade de os ministros virem a assumir pessoalmente a presidência das principais empresas estatais, como forma de obrigá-las a cumprir os novos cortes de despesas a serem determinados pelo pacote. Estes cortes atingirão até os repasses feitos aos fundos de pensão dos funcionários, que só poderão receber, no máximo, 13 salários por ano.

Sobre os repasses das estatais aos respectivos fundos de pensão, Galvêas afirmou: "Algumas pagam um por um, mas outras comprometem quantias muito superiores às contribuições dos próprios asso-

ciados. Vamos corrigir isto. Também devemos limitar os salários em até 13 por ano e regular as gratificações".

### Juros menores?

Sobre a extinção dos limites ao crédito, o ministro disse: "É uma idéia assim. Vamos contribuir para a redução dos juros ao mesmo tempo em que será reduzida a pressão do governo no mercado".

Quanto à redução dos subsídios para a agricultura e as exportações, o ministro ponderou: "Não faz sentido uma inflação de 120% e juros de 40%. A diferença é muito grande. Temos de adequar isto à nossa realidade".

O "imposto-calamidade", se vier mesmo a ser adotado, não será igual ao decretado no governo Geisel, que recolheu antecipadamente 5% do imposto de renda: "As enchentes no Sul e a seca no Nordeste estão nos levando a adotar alguma medida nesta área para aumentar a arrecadação. Basicamente, pensamos na área financeira, pois não queremos sobrecarregar as pessoas físicas e jurídicas. O objetivo é atender aos problemas sociais, mas será uma medida de dimensão limitada".

Por sua vez, o porta-voz do Planalto, ao admitir a possibilidade de alguns ministros acumularem a

presidência de algumas estatais, lembrou que o objetivo "é corrigir os desequilíbrios externos que se expressam no déficit público, com suas consequências sobre os juros internos e sobre os índices inflacionários".

### Plano de emergência

Ainda em Brasília, fonte do governo salientou a existência de um plano de emergência, em caso de colapso do abastecimento de petróleo, em consequência de uma eventual moratória. Este plano foi montado pouco depois da crise do petróleo em 1973, quando se começou a falar em racionamento de combustível. Agora voltou-se a falar no assunto, diante da hipótese de novos cortes nas importações de petróleo. Um dos itens desse plano de emergência seria o rápido aumento da produção de álcool, antecipou o informante.

Apesar disso, os subsídios também deverão cair para o setor alcooleiro, conforme admitiu ontem em Brasília o secretário-geral do Ministério da Indústria e Comércio, Marcos José Marques.

### Proálcool

A previsão é de aumentar a produção de álcool carburante para 3,2 bilhões de litros, até a safra 1986-1987. Os empresários teriam de entrar com mais recursos pró-

prios, ou com 30% do total de US\$ 2,9 bilhões a serem investidos. O governo pretende também aumentar a participação dos investimentos externos no programa e já negocia com o Banco Mundial em empréstimo que poderá ser superior a US\$ 250 milhões.

O combate ao déficit público também levará o governo a propor um novo mecanismo financeiro para financiar o estoque de álcool. Até agora, a Petrobrás vinha comprando 100% do excedente. As dificuldades econômico-financeiras da empresa, porém, poderão levar o governo a distribuir 30% dos custos de estocagem ao produtor e 40% ao distribuidor, bancando ele próprio os 30% restantes.

Segundo Marques, os novos parâmetros para expansão do programa levam em conta a produção anual de 500 mil veículos a álcool. Na safra 1986/87, já estarão comprometidos financiamentos destinados para produzir 14,2 bilhões de litros. Mas, para atender ao consumo global de álcool, a estimativa do MIC é de produção de 16,6 bilhões de litros na safra 1994/95.

Já na safra 1984/85, a produção deverá ser de 9,08 bilhões de litros; na safra 1985/86, 9,75 bilhões de litros; na safra 1986/87, 10,45 bilhões de litros; na safra 1988/89, 10,77 bilhões de litros; e na safra 89/90, 10,86 bilhões de litros.